



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

ATA

**264ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL -
CNPS**

Brasília, 26 de setembro de 2019

Esplanada dos Ministérios |Bloco F| sala 902| Brasília – DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 264ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 26 de setembro de 2019

LOCAL: Esplanada dos Ministérios – Ministério da Economia, Bloco F, Sala 902

PRESENÇAS

Representantes do Governo

ME – Rogério Nagamine Costanzi

INSS – Márcia Eliza de Souza

ME – Benedito Adalberto Brunca

ME – Bernardo Schettini

IPEA – Luís Henrique da Silva de Paiva

Representações dos Aposentados e Pensionistas

SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa

COBAP – Marcos Barroso de Oliveira

SINDNAPI – Milton Baptista de Souza Filho

Representações dos Trabalhadores em Atividade

FORÇA SINDICAL – Dionízio Martins de Macedo Filho

UGT – Natal Léo

CUT – Quintino Marques Severo

CONTAG – Evandro José Morello

CTB – Fernando Antônio Duarte Dantas

Representação dos Empregadores

CNI – Camila Jardim Aragão

CNT - Salomão Taumaturgo Marques

Convidados

PR – Arthur Bragança de Vasconcelos Weintraub

CRPS – Fernando Maciel

DATAPREV – Ubiramar Mendonça

INSS – Clóvis de Castro Júnior

SINDNAPI – Sônia Galleti

SINDANEPS – Hamilton Xavier

SPREV – José Araújo

INSS/Espanha – Rosa Félix Sánchez Rodrigues

EMBAIXADA DA ESPANHA – Maria Dolores Segura de La Encina

SPREV – Andréa Velasco

CNM – Antônimo Mario Rattes

IK Eventos – João Paulo Souza

IK Eventos – Kévia Silva

SEPRT – Talita Lorena

SPREV/ASCAD – Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro

CORIN/SPRT – Maíra Lacerda

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o Sr. Benedito Adalberto Brunca (SEPRT) abriu a 264ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, deu posse a nova conselheira: a Sra. Camila Jardim Aragão, como membro titular, representante da Confederação Nacional da Indústria. Apresentou os Senhores Francisco Maia Farias, representante da Confederação Nacional do Comércio, Arthur Bragança de Vasconcelos Weintraub, representante da Presidência da República e Ênio Mathias Ferreira, representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, que estão em processo de emissão da portaria para suas nomeações. Ato contínuo franqueou a palavra aos apresentados que, fazendo uso da palavra, agradeceram a oportunidade e se colocaram à disposição de todos. Em seguida, o Sr. Benedito Adalberto Brunca submeteu ao Conselho a inversão de pauta e informou que demanda dos conselheiros a respeito da apresentação sobre Perícia Médica, em virtude do conjunto de Pauta e da presença da palestrante estrangeira, a demanda será objeto da 265ª Reunião. Havendo consenso, prosseguiu.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Benedito Adalberto Brunca, na qualidade de Presidente substituto, colocou em votação a ata da 263ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. A ata foi aprovada por unanimidade.

III – ORDEM DO DIA

O Sr. Benedito Adalberto Brunca socializou a pauta da reunião, sendo estabelecida: I) Abertura; II) Expediente; III) Ordem do dia: a) Envelhecimento da População e Mercado de Trabalho na Espanha; b) Portal Meu INSS – Central de Serviços do INSS; c) Observatório de Previdência e Informações do Cadastro Nacional de Informação Social – CNIS; IV) Informes; V) Outros assuntos – definição da pauta da 265ª Reunião; e VI) Encerramento. Ato contínuo, deu boas-vindas a Sra. Rosa Félix Sánchez Rodrigues, representante do INSS da Espanha e a convidou para fazer sua exposição sobre o panorama do envelhecimento da população e do mercado de trabalho da Espanha. Com a palavra, ela agradeceu o convite e a oportunidade de participar de uma reunião de tamanha importância e iniciou destacando que o sistema previdenciário da Espanha é tão importante que não pode ser modificado por nenhum partido político, mesmo que tenha maioria absoluta no Parlamento. Falou que na Espanha, qualquer alteração na área previdenciária é feita através do Pacto de Toledo,

que é uma Comissão Parlamentar criada em 1995, formada por representantes do Governo, trabalhadores e empregadores, que tem como missão discutir as mudanças e melhorias do sistema previdenciário espanhol. Apontou que apesar de ser um sistema público de pensões obrigatório, também é possível se fazer uma previdência complementar e enfatizou que o fator demográfico também é o maior desafio para a Previdência Social na Espanha, sendo a Espanha o segundo país com a maior população envelhecida, ficando atrás somente do Japão. Destacou os ajustes periódicos feitos no Sistema Previdenciário da Espanha através da Lei nº 27/2011, que trata da atualização, da adequação e da modernização do sistema de Seguridade Social; sobre a Lei nº 23, de 13 de dezembro de 2013, informou que a Lei regula o fator de sustentabilidade e o índice de reavaliação do sistema de pensões; falou que o Decreto-Lei nº 05, de 15 de março de 2013, estabelece medidas que favorecem a continuidade dos idosos no mercado de trabalho, promovendo um envelhecimento ativo. Disse que na Espanha, para ter o direito de receber 100% do benefício previdenciário, são necessários 67 anos de idade com 38 anos de contribuição e destacou que os benefícios são corrigidos anualmente pelo IPC. Elencou que a situação da previdência espanhola é grave, pois atualmente precisa-se de dois trabalhadores para custear um pensionista e que, atualmente encontra-se com um déficit de 1,5% do PIB, com previsão de estabilidade somente no ano de 2050; afirmou que a geração chamada “Baby boom” é apontada como uma das vilãs da atuação situação previdenciária da Espanha. Findada a apresentação, colocou-se à disposição para as perguntas. Dando prosseguimento, o Sr. Benedito Adalberto Brunca explicou que se retirar o nome da Espanha e colocar o nome de qualquer outro país, é possível verificar que as situações são bastante semelhantes, por isso a importância do estudo comparativo, de tentar entender o que está ocorrendo em outros países, quais são as opções políticas, as opções técnicas, as opções metodológicas para usar como referência. Ato contínuo franqueou a palavra aos presentes para suas indagações. Neste primeiro bloco, os Srs. Natal Léo e Marcos Barroso de Oliveira indagaram como é feito o processo de revisão dos benefícios, no sentido verificar se essa pensão está dando sustentabilidade ao pensionista e se esse processo é permanente, visando garantir o poder aquisitivo e sustentabilidade dos beneficiários. O Sr. Dionízio comentou que, quanto a reforma da previdência da Espanha, em que o Governo se sentou com os trabalhadores e empregadores para discutir o modelo da Previdência, no Brasil infelizmente, não ocorreu com relação a PEC nº 06. Em resposta, a Sra. Rosa Félix Sánchez Rodríguez, enfatizou que a revalorização das pensões é feita associada ao IPC (índices de preços ao consumo), muito embora esse reajuste nem sempre é suficiente, porém, é bem superior ao do salário mínimo espanhol. Em resposta ao Sr. Dionízio, a

Sra. Rosa Rodriguez esclareceu que na Espanha a reforma da Previdência Social também não foi realizada em acordo com o pleito dos sindicatos e com a patronal. Em 2011 o acordo realizado se deu em razão da situação de especial crise e necessidade. Na verdade, a Previdência Social está fora desse acordo, está na comissão do Pacto de Toledo. Dando sequência ao debate, o Sr. Fernando Antônio Duarte Dantas questionou sobre o papel da contribuição complementar e pediu maiores informações sobre o Pacto de Toledo. Em sua intervenção, o Sr. José Tadeu Peixoto da Costa perguntou quais são as fontes de custeio para as pensões e se existe um valor mínimo garantido por lei. Concluindo o bloco de perguntas, o Sr. Evandro José Morello pediu maiores esclarecimentos sobre a gestão do fundo de reservas do sistema previdenciário espanhol. Indagou ainda se na ocasião em que a Espanha adotou a política de redução da carga das contribuições do setor patronal, exigiu-se alguma contribuição ou contrapartida desse setor para se beneficiar e se adotou alguma política de incentivo para a inclusão de novos segurados. De pronto a Sra. Rosa Félix Sánchez Rodriguez iniciou respondendo que a finalidade principal do Pacto de Toledo é o bem-estar dos seus segurados permanentemente, e que, para tanto foi necessário tirar a questão previdenciária do contexto e da discussão política. Destacou que o fato de uma pessoa ter uma previdência complementar não exclui a obrigação do Governo em lhe prover uma pensão digna para sua sobrevivência. Elencou que o Governo criou um fundo de reserva como fonte de financiamento da Seguridade Social devido ao agravamento da crise e ao alto índice de desemprego na Espanha. Após os esclarecimentos, o Sr. Bendito Adalberto Brunca agradeceu a Sra. Rosa Félix Sánchez Rodriguez e registrou a presença da Sra. Maria Dolores Segura de La Encina, conselheira do Trabalho e Migração e Seguridade Social da Embaixada da Espanha. De pronto, instou o segundo ponto de pauta: Portal Meu INSS – Central de Serviços do INSS. Com a palavra o Sr. Clovis de Castro Júnior iniciou pontuando que o INSS atende a mais de 36 milhões de beneficiários e 55 milhões de segurados com um volume de R\$ 49 bilhões/mês, e que possui uma demanda mensal de um milhão de requerimentos novos. Elencou que o INSS vem priorizando algumas estratégias com o propósito de revolucionar o modelo de gestão, para isso, já foram lançadas ações públicas, a estratégia nacional de atendimento tempestivo, visando dar celeridade aos serviços ofertados aos cidadãos e a diminuição da desjudicialização da Previdência e que, dentre as estratégias o INSS criou um serviço nacional antifraude previdenciária, que se trata de uma diretoria de integridade, dentro do INSS, que conta com atuação da Polícia Federal. Aduziu que, atualmente, o INSS, já conta com 96 serviços digitais disponíveis para o segurado, com um volume de 700 mil atendimentos mensais. Enfatizou a fundamental importância dessa transformação digital, já que 75% dos

municípios brasileiros não possuem agências do INSS e salientou que os serviços *in loco* não serão extintos. Informou que o INSS analisou 932 mil benefícios em agosto de 2019, 100 mil a mais comparados ao mesmo período do ano de 2018, e destacou as mais de 132 mil decisões realizadas automaticamente. Comungou que o INSS criou um canal denominado “acordo de cooperação técnica”, onde se pretende fazer convênios com prefeituras, associações, OAB e sindicatos, com o intuito de proporcionar atendimento presencial a todos os beneficiários nos municípios que não possuam uma agência do INSS, desenvolvendo uma parceria com prefeituras, cartórios e agências dos Correios. Ressaltou que a disponibilização do saldo de contribuição e da calculadora para simulação da aposentadoria elevou em 1,4 milhão o número de usuários no portal “Meu INSS”, ou seja, o cidadão passou a fazer uso direto do seu celular, do seu aplicativo, para fazer os seus requerimentos. Acrescentou que a ideia é dar ao cidadão a visão de comodidade, a transformação digital, oferecendo ao cidadão mais canais, mais comodidade e não retirando dele as opções que existem. Para aqueles cidadãos com hipossuficiência financeira, de formação, que não dão conta sob hipótese nenhuma de fazer o seu requerimento de forma digital, ele continuará tendo a possibilidade de fazer o seu requerimento na sua agência. Informou aos membros que, em conversa com as Sras. Rosa Rodriguez e a Maria Dolores Encina, foi possível perceber que eles estão muito acelerados, muito à frente do Brasil nesse processo de transformação digital. Complementando, a Sra. Márcia Eliza de Souza destacou a busca do INSS pela eficiência, transparência e confiabilidade, proporcionando a melhor prestação de serviços para o cidadão, enfatizou o importante papel que vem sendo desenvolvido pela DATAPREV e enalteceu que o INSS recebeu um prêmio de reconhecimento pela inovação no serviço público e que, por sua vez, não é o primeiro, que o INSS já recebeu outros prêmios, inclusive, a DIRAT sempre representando a autarquia nesse trabalho de desenvolvimento do INSS na área tecnológica. Após a apresentação, o Sr. Benedito Adalberto Brunca franqueou a palavra para perguntas. De pronto, o Sr. Marcos Barroso de Oliveira indagou primeiramente, quanto pedido de cópia do processo, alguns demoram mais tempo e outros menos tempo. Requereu esclarecimento para ver se, de fato, está funcionando, ou está em fase experimental. Em outro questionamento solicitou informações se seria possível o segurado renunciar virtualmente ao benefício após ter tido o deferimento eletrônico, uma vez que o beneficiário pode se precipitar e em, muitas vezes, requerer um benefício que não é o mais adequado. Ao final de sua fala, o Sr. Marcos Barroso parabenizou pelo serviço, por entender ser uma evolução necessária. Em seguida, o Sr. Natal Léo questionou se os 23 mil servidores citados foram incluindo os cedidos, perguntou como funciona a solicitação de revisão administrativa dos

benefícios pelo portal do Meu INSS e o cumprimento de exigências. Na sequência, o Sr. José Tadeu Peixoto da Costa indagou sobre a alegação de que os servidores do INSS não estão atendendo aos cidadãos em razão de uma proibição expressa em uma portaria ou IN. Explanou que muitos servidores estão nas centrais de concessão e o atendimento presencial, de algum segurado que não tenha acesso a qualquer desses sistemas, tem sido negado, que o faz procurar escritórios de advocacia ou de contabilidade que acabam por cobrar para fazer o serviço que poderia ter sido resolvido na agência. Questionou, também, sobre o número de indeferimento excessivo, muitos deles sem motivo e sem fundamentação, o que impede a boa defesa do segurado. Ao final de sua fala, questionou a possibilidade de bloqueio para empréstimos consignados no ato da concessão dos benefícios, a fim de evitar fraudes e problemas maiores para o segurado. Com a palavra, o Sr. Fernando Antônio Duarte Dantas falou da dificuldade de atendimento presencial nas agências do INSS e afirmou que, apesar dos avanços, os serviços digitais do órgão precisam de melhorias para melhor atender os segurados. Já o Sr. Evandro José Morello também se mostrou preocupado com a questão da análise dos processos, principalmente no tocante ao Rural e alertou para a necessidade de contratação de novos servidores, por parte do INSS. Acrescentou que, do ponto de vista das análises, as decisões dos processos têm pouco fundamento, que essa questão não é um problema de diretriz do INSS e sim da interpretação do servidor, da forma de comunicação com a sociedade e com o segurado do sistema. Respondendo aos questionamentos, o Sr. Clóvis de Castro Júnior iniciou enfatizando que muitos processos não foram digitalizados, porque o INSS, no momento, tem priorizado ações que oferecem maior benefício possível ao cidadão hoje e para o maior número possível de cidadãos. Falou que é preciso seguir na transformação digital e citou a Espanha como exemplo. Destacou que o INSS economizou quase R\$ 800 milhões em 2019, com a transformação digital, e informou que a possibilidade de empréstimos consignados quando da concessão dos benefícios do INSS, já estão sendo bloqueados automaticamente, de forma a evitar fraudes. Informou a nova conquista do INSS a partir de negociação com os bancos, e todos aderiram ao “Não Me Perturbe” que, a partir de agora, qualquer cidadão que não queira mais receber oferta de consignado deve se cadastrar no “Não Me Perturbe” para que não seja mais oferecido crédito para o cidadão que não quiser receber esse tipo de ligação. Complementando os esclarecimentos, a Sra. Márcia Eliza de Souza esclareceu que é possível solicitar a renúncia do benefício pelos canais remotos, explicou que é necessário aguardar o fluxo da demanda. Destacou que está sendo feito um intenso trabalho de qualificação e capacitação dos funcionários, visando mais qualidade nos serviços de indeferimento e concessão automática dentre outros, a fim de evitar subjetividade nas

análises, inclusive no caso das aposentadorias rurais por idade. Falou sobre o acordo de cooperação técnica feito com o Conselho Nacional de Justiça, que também automatizará a concessão do Auxílio-reclusão. O Sr. Milton Baptista questionou se existe um levantamento da diminuição dos custos com a introdução da questão digital. Ao que foi respondido pelo Sr. Clovis Júnior que apesar de não ter o número atualizado, só com os primeiros 45 serviços implementados, em maio e junho, a economia foi de R\$ 127 milhões/ano para o Governo Federal. O Sr. Benedito Brunca solicitou ao Sr. Clovis de Castro Júnior, atualizar e enviar, para que quando a Secretaria do Conselho for remeter a apresentação por e-mail apresentação já fosse encaminhada atualizada. O Sr. Natal Leo indagou sobre a extinção dos Conselhos Regionais, acrescentou que sua atuação era muito importante e questionou se na ausência desses Conselhos Regionais, as demandas sempre terão que ser discutidas no Conselho Nacional. O Sr. Benedito Brunca esclareceu que no período recente, houve uma transição bastante abrupta no que diz respeito ao volume de trabalho que foi retido no INSS até o ano 2018. Então, o pessoal está absolutamente empenhado em tentar recolocar as coisas num patamar de gestão que viabilize o atendimento à demanda mais bruta. Acrescentou que não foram extintos nenhum conselho regional, que a Secretaria fará a verificação de quais estão funcionando e dos que não estão. O Sr. Marcos Barroso sugeriu como ponto de pauta para a próxima reunião uma explanação de tudo que já está e o que for consolidado, ao longo dos próximos dias, referente à Reforma da Previdência. De pronto, o Sr. Benedito Adalberto Brunca informou que possui uma apresentação das regras baseadas no Relatório do Parecer da CCJ do Senado. Dispôs-se a encaminhar aos membros, de forma atualizada, com o conjunto das regras até o ponto da decisão da votação na CCJ. O Sr. Fernando Dantas solicitou esclarecimentos sobre vídeo veiculado pelos Médicos Peritos Federais, em que fazem acusações relacionadas a DATAPREV e ao próprio INSS, que há obstrução nos serviços prestados por eles. Dito isso, solicitou explicações pela gestão da previdência. Ato contínuo aduziu sobre uma denúncia, feita na Revista Carta Capital, em que acusa o Governo de fraudar as planilhas de justificção da PEC 006. “A previdência respondeu e já se tem a tréplica da revista, em que reafirma que realmente houve fraude nas planilhas. A Previdência precisa se pronunciar e esclarecer para o conselho”. Solicitou que na próxima reunião sejam prestados esses esclarecimentos. O Sr. Benedito Adalberto Brunca esclareceu que disponibilizará a íntegra de todos os pontos que foram apontados pela previdência, contendo dados de balanço geral da União, regras de *compliance*, regras de contabilidade, e que a denúncia insinua de forma a se criar um factóide, para poder conturbar o processo de andamento da reforma e dos cálculos apresentados pelo Governo, e de toda defesa que já ocorreu na Câmara dos Deputados,

na Comissão Especial e no Plenário, agora na CCJ e Plenário do Senado Federal, sobretudo durante as audiências públicas. Em colaboração, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro acrescentou que a Secretaria possui as planilhas apontadas na denúncia, as quais a Instituição Fiscal Independente – IFI, vinculada ao Senado Federal, fez os cálculos nos modelos deles, demonstrando que os números são convergentes, e que foram auditadas pelos maiores economistas do País. O Sr. Benedito Adalberto Brunca esclareceu que quanto ao vídeo, a apresentação da Dra. Karina Argolo sobre a PMF esclarecerá os objetivos, competências, prioridades e quais mudanças ocorreram com a saída do INSS, ponto que fica para a próxima reunião. Ao final da reunião o Sr. Benedito Adalberto Brunca sugeriu adiar a apresentação sobre “Observatório de Previdência e Informações do Cadastro Nacional de Informação Social” por entender que, devido o tempo avançado, prejudicaria o debate e a plena percepção do tema. O que foi aceito por todos. O Sr. Dionízio Martins solicitou, como ponto de pauta, uma apresentação sobre os Enunciados revisados pelo Conselho Pleno do Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS. Em resposta o Sr. Fernando Maciel, vice-presidente do CRPS, informou que os Enunciados foram enxugados de 41 para 15, conforme as jurisprudências e alterações normativas. Todavia, não foram publicados ainda em razão de pedidos de ajuste de texto. Acrescentou que acredita que até a próxima reunião já estejam finalizados, muito embora só possam disponibilizá-los após apresenta em reunião plenária do CRPS.

IV – INFORMES

O Sr. Benedito Adalberto Brunca informou como ponto de pauta para a 265ª Reunião os temas: “O que é a Perícia Médica Federal, quais são seus objetivos, competências e prioridades”, e “Observatório de Previdência e Informações do Cadastro Nacional de Informação Social”. O Sr. Marcos Barroso de Oliveira sugeriu uma apresentação sobre os assuntos que já estão consolidados ou novos temas que surgirem, referentes à Reforma da Previdência.

V – ENCERRAMENTO

Finalizados os itens da pauta, nada mais havendo a tratar, o Sr. Benedito Adalberto Brunca deu por encerrada a 264ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.